



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 748/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- 1- Processo TCE nº 1439/2014 (09 Volumes).**
- 2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- Órgão:** Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA.
- 4- Exercício:** 2013.
- 5- Responsável:** Sr. Heraldo Beleza da Câmara, Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA.
- 6- Unidade Técnica:** DICA/AM – Informação nº. 57/2015 (fls. 1645/1663).
- 7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1389/2015-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 1664/1666).
- 8- Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas. Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA. Exercício 2013.

Contas regulares com ressalvas. Multa. Prazo. Recomendação à atual Direção da COSAMA e à próxima Comissão de Inspeção.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas do Sr. **Heraldo Beleza da Câmara**, Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA, exercício 2013, com fulcro no art. 22, II c/c art. 24 da Lei 2423/96.

9.2- Multar o Sr. Heraldo Beleza da Câmara, no valor de **R\$ 4.468,42** (Quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos), pelo descumprimento dos princípios contábeis e de administração pública (subitem 10.4 do Relatório/Voto), com fulcro no art. 53, Parágrafo Único, da Lei Orgânica 2.423/96 com a nova redação dada pelo art. 2º da Lei Complementar nº 114/2013.

9.3- Determinar o prazo de 30 dias para recolher a multa aos cofres da Fazenda Pública Estadual nos termos do art. 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996 c/c o art. 174 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, e caso não seja recolhida, proceda à inscrição na dívida ativa, em consonância com art. 73 da Lei nº 2.423/1996.

9.4- Recomendar à atual Direção da Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA:

9.4.1- que observe, com maior rigor, o cumprimento da Lei de Licitações 8.666/93;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 748/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.4.2- que observe, com maior rigor, o cumprimento do Decreto 21.178/2000 e Decreto 24.818/2005;

9.4.3- que observe, com maior rigor, os procedimentos administrativos necessários à correta manutenção da Unidade, inclusive a Lei 4.320/64.

9.5- Comunicar à atual Direção da Companhia de Saneamento do Amazonas – **COSAMA** que a reincidência poderá acarretar na irregularidade das contas futuras, nos termos do art. 22, III, §1º da Lei 2423/96.

9.6- Recomendar à próxima Comissão de Inspeção que verifique o efetivo cumprimento das determinações/recomendações, a fim de verificar possíveis reincidências.

10- Ata: 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de Setembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente em Sessão), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Presidente, em sessão

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral